

A Educação Especial no Ensino Superior: O que dizem as pesquisas?

Tamara França de Almeida Magalhães ()*

Introdução

Ao longo dos últimos vinte anos foram muitas as transformações no sistema educacional brasileiro. Desde a década de 1990 os governos vêm investindo incisivamente em políticas inclusivas de educação que trouxeram avanços importantes além de uma gama de programas e políticas sociais direcionadas às demandas atendidas por elas. Nesta atual conjuntura, consolidada com o advento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹ implementada em 2008, o governo vem objetivando de forma contínua assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos sistemas de ensino do país.

Desde então, como resultado destas ações, os índices de alunos com necessidades especiais matriculados na educação básica elevaram-se progressivamente, conforme verificou Almeida (2016) e outros, em pesquisas que versam sobre esta temática. Do mesmo modo, no ensino superior, Souza (2016) verificou que no decênio 2003-2013, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas os percentuais de matrículas de estudantes com deficiências apresentaram um crescimento significativo principalmente no período compreendido entre os anos de 2007 e 2009. De acordo com a autora, o intervalo entre os anos de 2008-2009 expressa um aumento ainda maior, o que pode estar associado à repercussão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SOUZA, 2016). Ainda sobre o aumento do índice de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, Martins et al (2018) apontam os seguintes dados:

(*) Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPEGEDUC/UFRRJ. Técnica em Assuntos Educacionais na UFRRJ. Professora de atendimento educacional especializado na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

¹ Neste documento a educação especial é apresentada integrada à proposta pedagógica da escola regular e a pessoa com deficiência é entendida como aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BUENO E MELETTI, 2011).

O ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior se torna cada vez mais presente na realidade brasileira aumentando as discussões acerca dessa temática. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2015), o número de matrículas no ensino superior cresceu 3,5%, na rede privada, e decresceu 0,4%, na rede pública nos períodos de 2014-2015, sendo as instituições privadas detentoras de 75,7% das matrículas efetivadas. No retrato do sistema do ensino superior público, tem-se: 62,2% das matrículas em instituições federais; 31,7% em instituições estaduais; 6,1% em instituições municipais, sendo que as universidades representam 53,2% das matrículas, 20,7% das quais concentradas nas públicas e 32,5%, nas particulares (INEP, 2015). De acordo com esse órgão (INEP, 2015), havia 37.927 estudantes com deficiência matriculados no Ensino Superior, no ano de 2014. Desses, 22.175 (58,5%) estavam matriculados em instituições privadas e 15.752 (41,5%), em instituições públicas de ensino. Da parcela de estudantes matriculados em instituições públicas, 12.889 (81,9%) estavam em instituições federais, 2.560 (16,2%) em estaduais e 303 (1,9%) em municipais (p.16).

Mediante este cenário, o reconhecimento de uma ação voltada para o atendimento desses universitários foi expressa no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência pelo Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, do governo federal e através do Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR – “foi empreendida a criação ou reestruturação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (MIRANDA, 2014)”.

Sobre a inclusão no ensino superior é notório que o atual interesse por esta temática surge no contexto da expansão, onde públicos que até então representavam números pouco expressivos nas estatísticas oficiais, “passam a ter maior representatividade, constituindo-se focos para pesquisas, como é o caso das pessoas com deficiência” (PIECZKOWSKI, 2014).

Diante disso, no que concerne à inclusão do estudante com deficiência no ensino superior, tal processo torna-se ainda mais emblemático tendo em vista o perfil apresentado por estas instituições ao longo dos anos. A presença quase inexpressiva destes estudantes nestes espaços justifica este atual cenário. Contudo, em razão das transformações sociais promovidas desde o início do século XXI tal aspecto tem apresentado mudanças impulsionadas, sobretudo, pela implementação de políticas de inclusão e ações afirmativas, que têm “obrigado” mudanças compulsórias nestes espaços acadêmicos.

Nozu et al (2018) lembram, que o movimento de inclusão no ensino superior intensificou-se em diversos países a partir da década de 1960, sobretudo quando estas instituições viram sua identidade sendo abalada pelo atrofamento de sua dimensão cultural e sua concomitante expansão, popularização e reconfiguração diante às novas exigências sociais e econômicas. No Brasil, ainda que tenha sido instaurada a reforma universitária por meio da Lei nº 5.540/1968, perduravam mecanismos excludentes de acesso a esse nível de ensino, com barreiras seletivas ritualizadas

sobretudo, “quando consideradas as condições socioeconômicas e oportunidades de escolarização de seus candidatos, somadas a fatores como raça, etnia, deficiência, gênero, dentre outros” (PEIXOTO, 2001).

Os autores destacam ainda, que ao longo dos anos de 1990, os Planos Plurianuais e os Planos Nacionais de Educação foram rediscutidos e as modalidades de ingresso ao Ensino Superior foram questionadas, tendo em vista tanto o aumento do número de conclusões no Ensino Médio, quanto os mecanismos seletivos subsequentes a percursos escolares deficitários no âmbito da Educação Básica². É válido destacar também que neste período, muito por conta da influência de documentos provenientes de conferências internacionais como a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, foi promulgada “trazendo explícita a opção por uma política pública inclusiva com garantia do acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino brasileiras” (POKER ET AL 2018).

O movimento de inclusão que se expandiu na educação básica alcançou, na mesma medida, o ensino superior, subsidiado por normativas legais que tratam da garantia de direitos, tais como o Aviso Circular nº 277/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 3.298/1999 (1999), a Portaria nº 3.284/2003 (2003) e mais recentemente a Lei nº 13.146/2015 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência³. Nesta Perspectiva, Lourenço e Battistella (2018) reiteram que as medidas mais incisivas no tocante à inclusão escolar no ensino superior começaram a ser impetradas juntamente com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com iniciativas como o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) que teve como principal objetivo criar e consolidar núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino

² Esse movimento dialogaria com os preceitos da “Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação” (Unesco, 1998) e, naquele contexto, algumas iniciativas voltadas especificamente à promoção do acesso e permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior eram já identificadas em instituições como: Universidade Federal do Paraná, em 1991; Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Universidade Estadual de Campinas, em 1992; Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1993; e Universidade de São Paulo, em 1994 (NOZU ET AL, 2018).

³ Na Lei Brasileira de Inclusão a educação é tida como um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma que o aluno possa alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Lei nº 13.146, 2015). Portanto, é direito da pessoa com deficiência o acesso ao Ensino Superior, pois, segundo o Art. 28 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015), incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas” (MARTINS, LEITE E CIANTELLI, 2018).

Superior (IFES) voltados para a organização e promoção de ações para integração do estudante com deficiência neste nível de ensino.

Em virtude destes acontecimentos, esta pesquisa objetivou investigar os efeitos da inclusão dos estudantes com deficiência nas instituições públicas de ensino superior, buscando apurar os temas que estão sendo discutidos nas pesquisas que abordam a educação especial neste nível de ensino. Entendemos que tal proposta se justifica, pois nota-se que à medida que se amplia o acesso de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), contrariamente são escassas as produções acadêmicas que versam sobre esta temática. Desse modo, investigações como esta são importantes tanto pela incipiência de estudos acadêmicos que contemplam esta questão quanto pela inexpressiva presença de estudantes com deficiência nas instituições superiores de ensino. Intencionamos com a realização deste trabalho, produzir um referencial com informações importantes sobre as questões discutidas no processo de inclusão do estudante com deficiência no ensino superior.

Metodologia

Como metodologia para desenvolvimento da análise proposta, utilizamos os referenciais da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. Para construirmos nossa reflexão, realizamos uma pesquisa bibliográfica on-line, referente à Inclusão nas IES, no Banco de teses do Portal da CAPES e no periódico *Psicologia Escolar e Educacional*. Este levantamento apurou publicações, entre o período de 2009 a 2018, que foram selecionadas em razão da abrangência e da amplitude de discussões que realizam. Nossa análise teve como fundamentação teórica os estudos da Psicologia Social e suas teorias acerca das atitudes sociais e da Teoria da Psicologia Histórico Cultural do Desenvolvimento Humano.

Resultados

As mudanças oportunizadas pelas políticas de inclusão nas universidades brasileiras são essenciais para a transformação deste contexto. Sabemos que a inclusão em qualquer nível de ensino é um dos desafios educacionais, sociais e políticos de nosso tempo. “A educação inclusiva pressupõe assegurar aos estudantes a igualdade de oportunidades educacionais e é concebida como direito humano” (PIECZKOWSKI, 2014).

No que tange à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, é sabido que neste processo é preciso considerar questões que são fundamentais para o avanço destas ações, como a garantia do acesso e permanência do aluno na instituição, as adequações curriculares necessárias, além da promoção de acessibilidade física e atitudinal. Sobre este aspecto, Santana (2013) destaca ainda:

Pensar em inclusão no ensino superior é admitir a necessidade da viabilização de programas específicos para o atendimento adequado às necessidades e às peculiaridades de cada aluno, desde a organização dos exames vestibulares; a criação de comissões de acessibilidade para o necessário acolhimento dos alunos com deficiência matriculados na instituição, identificando-os, criando condições para sua acessibilidade física; e promoção de ações para a sua permanência na instituição, buscando meios para remoção de barreiras no campus, tanto física quanto atitudinais (SANTANA, 2013, P.24).

Por esta razão, a inclusão no ensino superior tem sido nos últimos tempos tema de debates constantes e assunto de pesquisas que buscam analisar este fenômeno na atualidade. Com o acesso cada vez maior do estudante público alvo da educação especial à educação básica, também tem sido crescente, mesmo que de forma tímida, o ingresso destes estudantes no ensino superior, motivo que justifica o desenvolvimento de pesquisas nesta área.

Diante do exposto e compreendendo que ainda são inexpressivas as produções que versam sobre esta temática, buscamos identificar nos trabalhos investigados quais as questões são mais evidenciadas nos estudos sobre a inclusão no ensino superior e neste primeiro momento, elencamos para análise seis teses e quatro artigos que tratam da questão da educação especial no ensino superior como referências para nossa análise inicial.

A pesquisa de Rossetto (2009) intitulada *Sujeitos com deficiência no Ensino Superior: vozes e significados* buscou analisar a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior compreendendo as singularidades da trajetória pessoal e acadêmica destes estudantes. Este estudo pretendeu ainda identificar as características e necessidades específicas destes sujeitos no contexto educativo e acadêmico tendo como referência a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Como resultado, a pesquisa concluiu que é a partir das interações sociais estabelecidas com o outro e com o meio que o sujeito poderá romper com seu determinismo biológico, influenciado por aspectos vivenciados em sua história, educação e cultura. Rosseto (2009) definiu a tese de que a pessoa com deficiência consegue avançar na escolarização e chegar ao ensino

superior, conforme lhe sejam proporcionadas oportunidades e desenvolvimento, além dos recursos adequados ao seu processo de aprendizagem.

Já o trabalho de Côrrea (2014) intitulado *Acessibilidade no Ensino Superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos* buscou, por meio da realização de três estudos, analisar as condições de acessibilidade e a satisfação dos alunos com deficiência em sete faculdades de uma Instituição de Ensino Superior do estado de São Paulo. Os resultados indicaram que os coordenadores estabeleceram boa convivência com os alunos com deficiência e, embora careçam de preparo e formação específica para isso, relataram ações que influenciaram mais na permanência dos alunos com deficiência, do que em seu acesso à Instituição de Ensino Superior pesquisada.

Miranda (2014) na pesquisa intitulada *Inclusão no Ensino Superior: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais* objetivou conhecer o panorama atual dos programas e ações que as universidades públicas estaduais do Paraná instituíram para viabilização da inclusão de estudantes com deficiência no campus destas instituições. Os resultados mostraram que existem, nas universidades pesquisadas, iniciativas voltadas para constituição de políticas de acesso e permanência do estudante com deficiência que são empreendidas por meio da institucionalização dos programas/núcleos de apoio que corroboram para a operacionalização dessas ações.

O trabalho de Pieczkowski (2014) intitulado *Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: efeitos na docência universitária* teve como objetivo tensionar a política de inclusão de estudantes com deficiência na educação superior e compreender os efeitos desse processo na docência universitária. A pesquisa buscou investigar quais os efeitos da inclusão de estudantes com deficiência na prática docente dos professores envolvidos. Como resultado, a autora desenvolveu a tese de que a presença de estudantes com deficiência produz efeitos na docência universitária, implicando a forma de ser docente, ou seja, as práticas pedagógicas e a forma de conceber a docência. Segundo ela, o encontro com os estudantes com deficiência permite que o professor reflita sobre os discursos inclusivos frequentemente reproduzidos de forma mecânica como se fosse algo natural, inevitável e necessário.

Santana (2013) em tese intitulada *Atitudes de estudantes universitários frente a alunos com deficiência na Unesp de Presidente Prudente* apresentou uma análise das atitudes sociais discentes frente ao acolhimento do aluno com deficiência no campus da UNESP de Presidente Prudente/SP.

Buscou analisar e comparar as atitudes sociais dos estudantes daquele campus em relação à inclusão, realizar um mapeamento dos alunos com deficiência lá inseridos e investigar o sentimento de acolhimento desses estudantes na instituição. Os resultados mostraram que na sala onde há alunos com deficiência matriculados, os pares apresentam atitudes sociais mais favoráveis em relação à inclusão. Evidenciaram ainda que os alunos com deficiência se sentem incluídos na universidade, tanto por seus pares quanto pelos docentes, mas unanimemente consideram que o maior entrave acadêmico nesta questão é a acessibilidade física no campus.

A pesquisa de Santos (2016) intitulada *Docência no processo de inclusão do estudante com deficiência em cursos de Educação Física: análise do contexto universitário brasileiro e Português*, investigou os aspectos constitutivos da docência universitária nos cursos de graduação em Educação Física do contexto brasileiro e Português, tendo em vista o processo de inclusão de estudantes com deficiência. Nesta análise os resultados mostraram que professores brasileiros e portugueses declararam utilizar estratégias e mecanismos de avaliação pedagógica para garantir a participação dos estudantes com deficiência nas atividades acadêmicas. Evidenciou-se também, neste estudo, a ampliação na significação da prática docente da professora em relação ao ato de ensinar o estudante surdo. Como conclusão final observou-se maior tomada de consciência da docência universitária, fruto de uma compreensão das exigências presentes em cada contexto estudado.

O estudo de Souza (2016) intitulado *A aprendizagem docente e a inclusão de cotistas b em novos contextos na Universidade* objetivou compreender como os professores aprendem a docência ao experienciarem o trabalho com estudantes com deficiência. Como resultado de sua pesquisa a autora apresentou a tese de que a aprendizagem dos docentes, diante de estudantes com deficiência, acontece no cotidiano do trabalho, alicerçada pelos conhecimentos, saberes e sentimentos oriundos de suas vivências de formação. Os professores que atuam com estudantes com necessidades especiais na Universidade Federal de Santa Maria enfrentam desafios, barreiras e problemas cotidianamente, os quais não se restringem apenas as demandas advindas das deficiências. Estes desafios influenciam o trabalho pedagógico e a constituição do ser professor. Constatou que a docência passa a ser reaprendida em novos contextos universitários.

Finalizando nossa análise selecionamos quatro artigos do periódico *Psicologia Escolar e Educacional* que trouxe em publicação recente, artigos com temáticas relacionadas a educação especial no ensino superior com análises importantes para estudos neste contexto.

No artigo intitulado *Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com*

deficiência em três Universidades públicas brasileiras, de Martins et al (2018), retrata-se, de forma crítica, os índices de matrícula, na graduação, de estudantes com deficiência em três instituições de ensino superior públicas no país. Foram investigados os procedimentos adotados na identificação para o ingresso e permanência desses estudantes, no intervalo de 2014-2015, sendo traçado o perfil de graduandos com deficiência nas instituições. Como resultado da pesquisa foi constatado que o número de matrículas ainda é tímido, demonstrando a necessidade de investimentos em políticas afirmativas e institucionais para garantir a participação desses estudantes na universidade pública.

O artigo *Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência* de Garcia et al (2018) apresentou um levantamento das políticas públicas brasileiras sobre a educação escolar de alunos com deficiência, além das resoluções implementadas pela instituição pesquisada, para garantir a acessibilidade do estudante com deficiência no campus. Os resultados evidenciaram que a instituição vem adequando-se ao que é requerido pelas políticas públicas de inclusão, sobretudo quanto à acessibilidade à Educação Superior; entretanto, demonstra limites quanto às condições de permanência, dificultando a esses estudantes a acessibilidade ao conhecimento.

Já o artigo intitulado *Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional*, de Melo e Araújo (2018), traz um estudo descritivo da atuação do Núcleo de Acessibilidade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, além de algumas reflexões acerca dessa experiência. O estudo busca contribuir com as discussões sobre a inclusão no ensino superior brasileiro, bem como o aprimoramento dos serviços de apoio oferecido neste contexto. A pesquisa constatou que a presença do núcleo tem sido um referencial importante de articulação dentro da instituição, fortalecendo a política de inclusão e desenvolvendo ações em prol da melhoria das condições de atendimento aos estudantes com deficiência.

Encerrando nossa análise trazemos o artigo intitulado *Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora* de Almeida e Ferreira (2018) que discutiu o processo de inclusão de alunos com deficiência na educação superior brasileira, com especial foco nos discursos circulantes nestas instituições. O estudo identificou falhas nos dados oficiais sobre a presença de alunos com deficiência na educação superior brasileira, relacionadas tanto à ausência de mecanismos para levantamento desses dados na instituição-base, quanto ao não reconhecimento da condição de deficiência por parte dos alunos que a possuem. Já no que se refere aos sentidos da inclusão destes estudantes nestas instituições, esta

tem sido avaliada pelos sujeitos da educação superior enquanto presença ou enquanto provimento de condições de acessibilidade arquitetônica, indicando um despreparo e um desconhecimento para o provimento de condições de permanência para este aluno, perpetuando barreiras à sua participação em igualdade de condições no acesso ao conhecimento.

Conclusões

As pesquisas analisadas trouxeram dados importantes que poderão auxiliar significativamente os estudos que pretendam investigar a docência no ensino superior. Como resultado de nossa investigação, evidenciamos que as temáticas mais abordadas nos trabalhos aqui elencados foram: a questão da acessibilidade (física, pedagógicas e atitudinais) e a questão da docência universitária. Estes temas surgiram como os principais fatores para o entrave e/ou sucesso do processo de inclusão nas universidades.

Paralelo a estes indicadores, o estudo identificou que mesmo em razão das barreiras e dificuldades apresentadas diariamente nestas instituições de ensino, que influenciam negativamente a promoção das ações inclusivas, o processo interativo entre os estudantes com deficiências e os demais participantes do contexto universitário surgiu como fator determinante e fundamental no processo de promoção da inclusão nestes espaços. A análise constatou que as pesquisas investigadas foram unânimes em apresentar os processos interativos como fatores determinantes para mudança de atitudes em face às ações inclusivas.

Com base nestes dados, também podemos inferir que os temas acessibilidade e inclusão ainda são assuntos pouco conhecidos e discutidos no contexto universitário, embora as pesquisas que investigaram índices de matrículas de alunos com deficiência no IES apontem que, nestes espaços, a presença destes estudantes venha crescendo nos últimos anos. É comum que muitos só se dêem conta desta realidade no contato direto com o estudante com deficiência, passando a questionar ou refletir sobre as questões da acessibilidade quando passam a conviver mais assiduamente com um aluno com necessidades educacionais especiais.

Sabemos que o homem é um ser social moldado pelo seu ambiente cultural. Suas atitudes estão condicionadas a sua cultura e suas ações decorrem das interações deste processo. Estas interações nos constituem enquanto sujeitos assim como o contexto do qual fazemos parte. Nossas atitudes e crenças desenvolvem-se em meio a este processo instituindo o que a Psicologia denomina atitudes sociais. Santana (2013) destaca que atitudes sociais representam um fenômeno psicológico

amplamente estudado pela Psicologia Social, que são decorrentes das relações interpessoais. O estudo e a compreensão destes fenômenos são de grande relevância social, uma vez que, ao se entender esses eventos, as pessoas tornam-se capazes de provocar mudanças e solucionar problemas que decorrem deste processo interacional.

Diante disso, e sabendo que o processo de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade foi marcado por estigmas e conceituações negativas ao longo da história, não é de se estranhar que ainda hoje a inclusão seja vista, por muitas pessoas, sob a ótica do defeito e da incapacidade. O modo como a sociedade ao longo da história se organiza “exemplifica quais ações foram destinadas às pessoas com deficiência nos diferentes períodos sociais, bem como quais eram as crenças e atitudes que perpassavam as relações estabelecidas com esses sujeitos” (LEITE E MATOS, 2016). Em razão disso, não seria insensatez afirmar, como bem destacou Chahini (2010), que a trajetória educacional de pessoas com deficiência tem sido marcada por preconceitos, desinformações, mitos, segregação e exclusão.

Por isso o tema de investigação deste estudo, a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior, torna-se importante, pois possibilita reflexões sobre o fundamento de eventuais atitudes preconceituosas, uma vez que é de nosso conhecimento que a presença de alunos com deficiência, tanto nas universidades públicas quanto nas privadas é, em geral, muito baixa. Neste sentido, se o contato com as pessoas com deficiência nos ambientes sociais não é promovido e tampouco exista preparação prévia dos envolvidos nestas interações, as diferenças podem prejudicar ainda mais o processo interativo que se quer constituir.

Compreendemos que a cultura é uma característica social mediada pelos processos históricos e pelo desenvolvimento humano. Os estudos de Vigotski nos trazem estas informações, apresentando os pressupostos da Teoria da Psicologia Histórico-Cultural que compreende o homem enquanto ser biológico que se desenvolve e adquire as características tipicamente humanas no processo social por meio das relações interpessoais. Já a Psicologia Social busca colaborar para facilitar a compreensão do fenômeno das atitudes sociais desenvolvidas, bem como dos aspectos inerentes à formação e mudança de atitudes.

As atitudes sociais favoráveis à inclusão são uma das condições para construção de uma sociedade inclusiva, uma vez que podem organizar ou reorganizar crenças e crenças sobre as diferenças, direcionar a afetividade de modo a ser favorável ou desfavorável com relação às diferenças e, principalmente, direcionar a ação para a aceitação ou negação das diferenças. A mudança de atitudes em relação à inclusão destes estudantes e futuros

educadores pode criar técnicas e recursos que auxiliam todos os alunos (JANES E OMOTE, 2013, p.167).

Desse modo, ao analisarmos as transformações institucionais ocorridas nas IES em virtude do ingresso de estudantes com necessidades especiais em seu campus, assim como das atitudes sociais da comunidade acadêmica frente a este processo, encontramos no diálogo aqui proposto subsídios necessários para a fundamentação de nossos questionamentos. Compreender como a cultura inclusiva está sendo concebida na universidade, investigando os processos de mediação estabelecidos por ela em prol desta inclusão e analisando as atitudes que estão sendo empreendidas em favor da materialização desta concepção nos oportunizará pistas necessárias para a constituição do perfil das instituições de ensino superior frente a implementação das políticas inclusivas instituídas nos últimos anos.

Referências

- ALMEIDA, Tamara França de. **Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), Seropédica, 2016.
- ALMEIDA, José Guilherme de Andrade e FERREIRA, Eliana Lucia. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 67-75, 2018.
- CÔRREA, Priscila Moreira. **Acessibilidade no Ensino Superior**: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.
- GARCIA, Raquel Araújo Bonfim *et al.* Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 33-40, 2018.
- GESSER, Marivete *et al.* Constituindo-se sujeito na interseção gênero e deficiência: relato de pesquisa. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 3, jul./set., 2013, p. 419–429.
- JANES Cristiane Regina Xavier Fonseca e OMOTE, Sadão. Atitudes Sociais em relação à inclusão: o curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, maio/ago, 2013, p. 158-173.
- LEITE, L.P; MATTOS, B.M. Aplicação da escala de concepções de deficiência (ecd) em uma universidade pública do Brasil. **Journal of Research in Special Educational Needs** Volume 16, number s1, 2016, p. 155–158.

- LOURENÇO, Gerusa Ferreira e BATTISTELLA, Janna. Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 2018, p. 15-23.
- MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira et al. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três universidades públicas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 2018, p. 25-32.
- MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de e ARAÚJO, Eliana Rodrigues. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 2018, p. 57-66.
- MIRANDA, Wagner Tadeu Sorace. **Inclusão no Ensino Superior**: das políticas públicas aos programas de atendimento e apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.
- NOZU, Washington Cesar Shoiti *et al.* “Inclusão no Ensino Superior: Práticas na Universidade Federal da Grande Dourados”. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 2018, p. 105-113.
- OMOTE, S. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 1, 2005, p.33-47.
- PALHOCO, Ana Rita e AFONSO, Maria João. A empatia e a percepção de emoções em estudantes de Psicologia e Psicoterapeutas. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. V.2. Londrina, jun 2011.
- PIECZKWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior**: efeitos na docência universitária. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em educação, 2014.
- POKER, Rosimar Bortolini et al. Inclusão no Ensino Superior: a percepção de docentes de uma instituição pública no interior do estado de São Paulo. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, número especial, 2018, p.127-134.
- RAMBO, Carla Patrícia. **A inclusão escolar na Perspectiva de alunos com deficiência no Ensino Superior**: Contribuições da Psicologia Histórico Cultural. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011.
- ROSSETTO, Elisabeth. **Sujeitos com deficiência no Ensino Superior**: vozes e significados. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em educação da faculdade de Educação da UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- SANTANA, Eder da Silva. **Atitudes de estudantes universitários frente a alunos com deficiência na Unesp de Presidente Prudente**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013.
- SANTOS, Soraya Dayanna Guimarães. **Docência no processo de inclusão do estudante com deficiência em cursos de Educação Física**: análise do contexto universitário brasileiro e Português. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Maceió, 2016.

SOUZA, Karina Silva Molon. **A aprendizagem docente e a inclusão de cotistas b em novos contextos na Universidade**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Rio Grande do sul, 2016.

XIMENES, Veronica Moraes. BARROS, João Paulo Pereira. **Perspectiva Histórico-Cultural: que contribuições teórico-metodológicas podem dar a práxis do psicólogo comunitário? *Psicologia Argumento***, Curitiba, v.27, n.56, jan/mar., 2009, p.65–76.

Resumo: Este estudo investigou os temas que estão sendo analisados em pesquisas que debatem a educação especial no ensino superior. Metodologicamente utilizou-se os referenciais da pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico investigando publicações que tratam da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. A análise foi fundamentada nos estudos da Psicologia Social e da Psicologia Histórico Cultural do Desenvolvimento Humano. Os resultados evidenciaram como temáticas mais abordadas nas pesquisas os temas acessibilidade e docência universitária. Concluiu-se que estes temas surgiram como principais fatores para o entrave e/ou sucesso do processo de inclusão nas universidades sendo os processos interativos os fatores determinantes para mudanças de atitudes em face as ações inclusivas nestes espaços.

Palavras-chave: políticas de inclusão; educação especial; ensino superior.

Resumen: Este estudio investigó los temas que se están analizando en investigaciones que debaten la educación especial en la enseñanza superior. Metodológicamente se utilizaron los referenciales de la investigación cualitativa de cunho bibliográfico investigando publicaciones que tratan de la inclusión de estudiantes con discapacidad en la enseñanza superior. El análisis fue fundamentado en los estudios de la Psicología Social y de la Psicología Histórico Cultural del Desarrollo Humano. Los resultados evidenciaron como temáticas más abordadas en las encuestas los temas accesibilidad y docencia universitaria. Se concluyó que estos temas surgieron como principales factores para el obstáculo y / o éxito del proceso de inclusión en las universidades siendo los procesos interactivos los factores determinantes para cambios de actitudes frente a las acciones inclusivas en estos espacios.

Palabras clave: políticas de inclusión; educación especial; enseñanza superior.

Recebido em: 10/11/2018.

Aceito em: 24/11/2018.